

Contributo das teorias do restauro para a concepção de uma metodologia de intervenção na casa burguesa do Porto

Joaquim Lopes Teixeira

Professor Auxiliar, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, jteixeira@arq.up.pt

Rui Fernandes Póvoas

Professor Associado, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, rpovoas@arq.up.pt

RESUMO: Actualmente, o edificado corrente do Porto de valor patrimonial, assim como de outras cidades de Portugal, corre sérios riscos de desaparecimento devido ao seu avançado estado de degradação e a intervenções negligentes.

Apresenta-se uma síntese do contributo que as teorias do restauro tiveram na concepção de uma metodologia de intervenção na casa burguesa do Porto, desenvolvida com o objectivo de apoiar e agilizar acções de intervenção baseadas em boas práticas, capazes de promover a salvaguarda deste património.

PALAVRAS-CHAVE: Património; Reabilitação; Edificado corrente; Cidade histórica; Critérios de intervenção.

1. A CIDADE HISTÓRICA DO PORTO – CONTEXTO URBANO

Com a implementação de um regime democrático em Portugal, teve início um importante trabalho de reabilitação do Centro Histórico do Porto, cujo reconhecimento pela UNESCO possibilitou a sua inscrição na lista do Património Mundial, em 1994. Não obstante o contributo significativo de instituições como o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB) e a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP) ou de iniciativas como a “Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo”, em 1998, e a “Capital Europeia da Cultura”, em 2001, ainda persiste muito por fazer em prol da salvaguarda do edificado corrente de reconhecido valor cultural da cidade.

Com efeito, basta efectuar um pequeno percurso ao acaso, pela zona histórica, para se constatar o grau de degradação de grande parte do seu edificado corrente. O actual fenómeno de revitalização da Baixa, decorrente maioritariamente de acções de iniciativa privada voltadas para o turismo, não tem contribuído para alterar de forma significativa esta situação e, menos ainda, para incrementar a população residente. A este propósito refira-se que, na última década, e de acordo com o recente inquérito censitário INE [1], a cidade do Porto manteve a tendência para a perda de população já anteriormente verificada, que se situou nos -9,8%, verificando-se o nível mais baixo, <-20%, justamente nas freguesias do Centro Histórico (Miragaia, Vitória, Sé e São Nicolau). Esta tendência para uma revitalização urbana direccionada predominantemente para o turismo, já ocorrida noutros centros históricos, origina a perda do seu carácter e identidade social e a consequente transformação em áreas musealizadas.

No que se refere às intervenções da Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo, constituída em 2004, têm-se pautado predominantemente por acções de reconstrução, de tendência fachadista, realizadas à escala do quarteirão, de onde decorrem irremediáveis perdas do valor patrimonial deste edificado, com consequências nefastas para a identidade urbana da cidade

Em suma, ainda muito há por fazer em prol da reabilitação do edificado do município do Porto que, de acordo com o INE [1], possui 7.821 edifícios anteriores a 1919, dos quais 4.704 necessitam de obras de reparação, discriminadas da seguinte forma: 2.296 pequenas reparações; 1.660 reparações médias; 748 grandes reparações; encontrando-se ainda 564 num estado de grande degradação.

2. O EDIFICADO CORRENTE – A CASA BURGUESA DO PORTO

Como bem caracterizou Oliveira [2], “o Porto é uma cidade grande feita de casas pequenas”. Com efeito, a habitação corrente do Porto é constituída por casas estreitas e altas, características herdadas da cidade medieval (portuária e amuralhada), maioritariamente construídas durante o século XIX.

Na sua origem, estas casas unifamiliares eram multifuncionais, servindo de habitação e local de trabalho, tendo surgido, a partir da segunda metade do século XIX, um tipo monofuncional, exclusivamente residencial.

A forma do lote, estreito e profundo, determinou a organização funcional que se traduz em salas ou quartos voltados para a rua e para o tardoz e compartimentos interiores iluminados a partir da caixa de escadas, elemento que desempenha um papel importante na articulação orgânica da casa (Figura 1).

Os materiais utilizados são, basicamente, a pedra e a madeira, próprios da construção pré-industrial, sabiamente aplicados em técnicas construtivas de paredes, pisos, coberturas, caixilharia, etc., traduzindo a expressão cultural dos mestres construtores da época e da relação com o meio urbano onde se inserem.

3. O MODELO CONSTRUTIVO DA CASA BURGUESA DO PORTO

Os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos por Teixeira [3, 4 e 5] sobre as características do sistema construtivo da casa burguesa do Porto, que contemplam um universo de centenas de edifícios, têm permitido concluir que existe um elevado nível de sistematização das técnicas construtivas aplicadas, apesar do grau de empirismo inerente à construção pré-industrial.

Com efeito, a partir de meados do século XVIII, torna-se evidente a intenção de sistematizar o desenvolvimento urbano da cidade, influenciada não apenas por ideais iluministas, mas também pelo processo de reconstrução da Baixa Pombalina.

Deste modo, tem sido possível identificar a existência de padrões vários nas técnicas de construção das casas e nos seus vários elementos, tais como, as paredes das fachadas, os pisos, as coberturas, as caixilharias, etc.

Este quadro, motivou a concepção de um modelo construtivo, baseado no grau de ocorrência das diferentes soluções construtivas presentes nos edifícios estudados, correspondentes a uma amostragem aleatória, centrada predominantemente no Centro Histórico, que permitiu o estabelecimento de padrões a partir da frequência das observações, segundo a escala: raro, pouco frequente, frequente e muito frequente.

Estruturado em dez componentes, designadamente: fundações; paredes enterradas; paredes exteriores; pisos; cobertura; paredes interiores; acessos verticais; caixilhos exteriores; caixilhos interiores e instalações; o modelo construtivo resultou num edifício idealizado, abstracto, facilmente associável a uma qualquer casa do século XIX da cidade do Porto, que se ilustra na Figura 1.

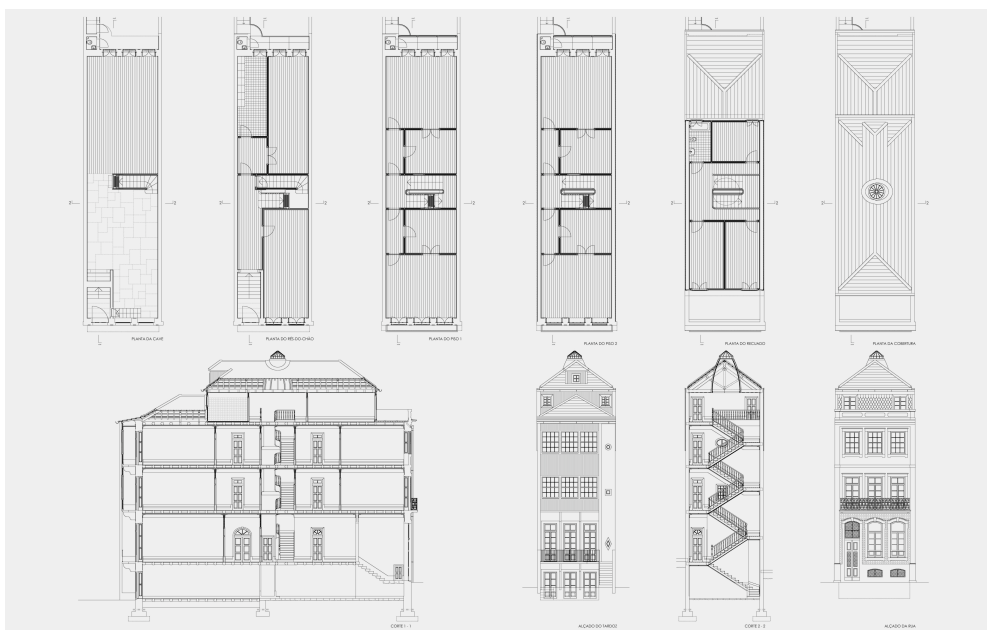


Figura 1: Modelo construtivo da casa burguesa do Porto. Plantas, cortes e alçados.

O modelo construtivo não se esgota porém neste edifício, contemplando ainda uma série de variantes construtivas para cada um dos seus dez componentes, tantas quantas foi possível identificar.

A finalidade do modelo construtivo é permitir agilizar os processos de intervenção nos edifícios, desde a escala 1/50 à escala 1/1, através da sua utilização nas várias etapas que constituem o processo de intervenção. Assim, a informação contida no modelo construtivo deverá proporcionar, numa primeira fase, um apoio ao levantamento geométrico e construtivo do existente, agilizando a sua elaboração, sempre sujeita a vários constrangimentos, principalmente quando realizada com os edifícios ocupados. Os desenhos do modelo construtivo deverão ainda servir de apoio ao desenvolvimento das fases posteriores de intervenção, designadamente, de análise e inspeção do estado de conservação do existente e de elaboração do projecto de intervenção.

A tipificação alcançada pelo modelo construtivo, remetendo embora para uma espécie de edifício idealizado ou ideal, não pretende, contudo, promover acções de unidade estilística, tal como seria suposto ocorrer num posicionamento próximo dos ideais doutrinários de Viollet-le-Duc, sendo para isso importante estar consciente dos riscos inerentes a esta atitude.

4. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Actualmente, é consensual que a reabilitação do património histórico corrente só é possível com a sua adequação a uma grande parte das exigências do habitar que são próprias dos dias de hoje (normativas e de hábitos), pelo que a sua consideração se torna inevitável sempre que se intervém no existente.

A vinculação de qualquer intervenção, seja ela de manutenção, restauro, reabilitação, reconstrução, adição, etc., a uma metodologia é da maior importância para a sua agilização e concretização com um elevado grau de sucesso.

Em traços gerais, a metodologia proposta, assenta em princípios de respeito pelo valor do existente, e de sustentabilidade, baseando-se na tipificação de procedimentos a partir de um modelo construtivo dos edifícios.

A metodologia comporta seis etapas principais e respectivas sequências de acções: i) Decisão de intervir; ii) Conhecimento do existente; iii) Relatório; iv) Projecto; v) Obra; vi) Tempo de vida útil; sintetizadas na Figura 2.

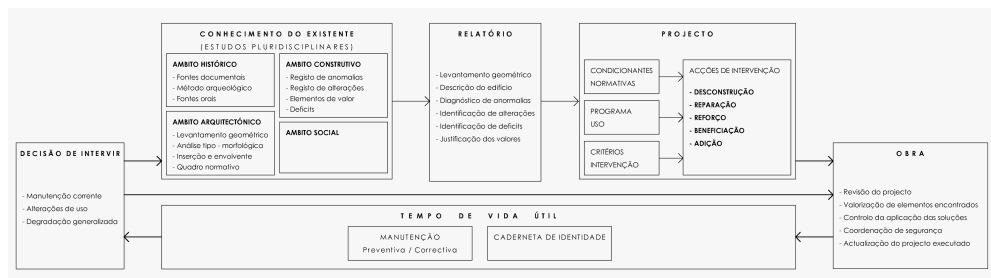


Figura 2: Organograma da metodologia de intervenção [5].

4.1 Filosofia de intervenção

Qualquer intervenção sobre edifícios existentes depara-se perante uma velha dicotomia, o que manter e o que alterar, remetendo de imediato para os posicionamentos conservacionistas ou intervencionistas, cuja origem se associa às doutrinas de John Ruskin e de Viollet-le-Duc, respectivamente.

A concepção da metodologia baseia-se nos conceitos consagrados nos documentos internacionais (cartas, recomendações, etc.), enquanto representativos de um consenso mais alargado, reclamando-se ainda devedora das doutrinas associadas aos principais protagonistas da história da salvaguarda e valorização do património.

A metodologia proposta partilha da convicção de que a intervenção mínima é aquela que melhor garante a verdadeira salvaguarda dos valores patrimoniais, privilegiando assim a prática da manutenção e de operações de intervenção pontuais, em detrimento de operações profundas. Deste modo, à semelhança do que Boito defendia, no caso de necessidade de intervenção num edifício, este deve ser consolidado em vez de reparado, reparado em vez de restaurado, evitando assim, na medida do possível, renovações e adições.

4.1.1 Critérios de intervenção

A metodologia propõe a adopção dos principais critérios que orientam a prática de salvaguarda e valorização do património, para o apoio à concepção das soluções de intervenção, designadamente: i) Conhecimento das preexistências; ii) Preservação; iii) Adaptação; iv) Integração; v) Melhoria das condições existentes; vi) Cumprimentos normativo e exigencial; vii) Reversibilidade; viii) Manutenção de alterações; ix) Compatibilidade; x) Notoriedade; e xi) Participação das populações.

4.2 Conhecimento do existente

O conhecimento do existente (recomendado, aliás, por variados documentos internacionais, da *Carta de Atenas para o Restauro* [6] às *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico* [7]), corresponde à primeira fase do processo de intervenção num edifício antigo, afigurando-se da maior importância para o desenvolvimento das etapas subsequentes.

Numa óptica de intervenção mínima, menos intrusiva e, por conseguinte, mais preservadora dos valores patrimoniais, só o aumento do conhecimento do existente fará diminuir o impacto da intervenção.

4.2.1 Levantamentos geométrico e construtivo

O modelo construtivo deverá facilitar a compreensão do edifício a intervir, através do estabelecimento de co-relações com o existente, agilizando deste modo os seus levantamentos geométrico e construtivo, geralmente sujeitos a vários constrangimentos, principalmente quando os edifícios se encontram ocupados.

4.2.2 Elementos de valor

A identificação dos elementos de valor do edifício, revela-se da maior importância para o relatório intercalar (ver Figura 2), bem como para a prossecução do projecto.

Consideram-se elementos de valor arquitectónico e construtivo todos os materiais, sistemas e técnicas que integram a sua construção, e que, na sua coerência formal, se revelam determinantes para a salvaguarda da sua autenticidade e integridade enquanto objectos representativos de épocas passadas.

Com base no modelo construtivo, identificam-se os principais elementos de valor da casa burguesa do Porto, como por exemplo: cantarias, estuques, azulejos, elementos de marcenaria e carpintaria, etc.

4.2.3 Alterações correntemente introduzidas

Consideram-se alterações correntemente introduzidas todas as modificações pontuais, de pequena dimensão, da iniciativa dos utentes, não sujeitas a licenciamento e recorrendo a mão de obra não qualificada para a sua execução. Habitualmente decorrentes de reparações de danos, de mudanças de uso ou relacionadas simplesmente com questões de gosto, estas alterações, na sua generalidade reversíveis, criam incompatibilidades graves com o sistema construtivo existente, para além de comprometerem frequentemente a imagem do edifício.

A identificação das alterações introduzidas é importante para o projecto de intervenção, pois deverá contribuir para a discussão do seu valor, determinando assim as acções de intervenção. Esta discussão tenderá necessariamente a convocar atitudes de unidade estilística, à maneira de Viollet-le-Duc, ou o seu contrário, de aceitação das transformações, só podendo a sua conclusão ser estabelecida caso a caso.

4.2.4 Anomalias mais frequentes

O levantamento dos danos existentes é uma operação que se reveste da maior importância para o diagnóstico do estado de conservação do edifício e, conseqüentemente, para o relatório que antecede a execução do projecto.

Também neste caso, o modelo construtivo desempenha um papel importante na definição do quadro patológico, composto pelos danos pouco ou moderadamente graves, não devendo obviar a realização de inspecções mais profundas, sempre que os indícios existentes assim o exigirem.

4.3 Acções de intervenção

Na sequência do estudo sobre as principais características do estado de conservação da casa burguesa (elementos de valor, alterações introduzidas e principais anomalias), a metodologia propõe cinco acções de intervenção: demolição selectiva; reforço estrutural; reparação de anomalias; beneficiação do desempenho e adição de novos elementos. Estas encontram paralelo com as acções operativas de restauro propostas por Giovannoni: consolidação, recomposição, remoção, completamente e adição [8 e 9].

4.3.1 Demolição selectiva

A necessidade de efectuar demolições dependerá do estado de conservação do existente, do seu valor patrimonial e de opções gerais de projecto. Em qualquer dos casos, a demolição deverá ser efectuada de forma selectiva, separando os seus produtos em quatro destinos: i) reutilização; ii) reciclagem; iii) incineração e v) deposição em aterro.

4.3.2 Reforço estrutural

Tratando-se de uma acção da maior relevância, por óbvios motivos de segurança, o reforço estrutural ocorre, fundamentalmente, devido a problemas relacionados com anomalias, podendo ainda admitir-se o seu recurso devido a alterações de uso.

Acção tendencialmente dirigida para a salvaguarda do existente, por isso defendida por Ruskin e mais tarde por Giovannoni, as soluções de reforço estrutural propostas seguem o preceituado nas *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico* [7] e nos *Princípios para a Preservação das Estruturas Históricas em Madeira* [10].

4.3.3 Reparação de anomalias

A reparação de danos é uma das principais e mais amplas acções, podendo abranger todo o espectro de intervenções, desde os simples trabalhos de manutenção, aos diferentes tipos de

reabilitação, destinando-se a reparar os danos existentes e a aumentar a qualidade do desempenho dos edifícios, prolongando o seu tempo de vida útil.

Na realização desta tarefa, promove-se a utilização de materiais e técnicas tradicionais, naturalmente compatíveis com os existentes, preferindo-se soluções modernas, cuja eficácia e durabilidade não se encontre suficientemente demonstrada, conforme recomendado pelos documentos internacionais, desde a *Carta de Veneza* [11].

4.3.4 Beneficiação do desempenho

A beneficiação do desempenho de um edifício antigo, que pode ser integral ou parcial, tem por objectivos melhorar o seu conforto, funcionamento, segurança (contra incêndio, à intrusão, etc.) e eficiência energética, promovendo a satisfação dos requisitos exigenciais correntes, aproximando-o assim da construção nova.

Esta acção poderá ocorrer a dois níveis: reposição e incremento. A reposição, associada à reparação, destina-se a restabelecer as condições normais de desempenho, entretanto afectadas por algum dano ou anomalia. O incremento, associado à introdução de novos elementos, traduz-se por um aumento da capacidade em relação ao normal desempenho de um material ou componente.

A beneficiação não deverá, porém, ser efectuada a qualquer custo, antes se impondo a compreensão e respeito pelo existente para neste se integrar de uma forma natural, incrementando assim, equilibradamente, as potencialidades de cada edifício [5].

4.3.5 Adição de novos elementos

A adição de novos elementos pode efectuar-se de forma pontual, no decurso de simples operações de beneficiação ou reparação (em associação); em situações de reformulação da organização funcional do existente (em complemento); e em acções mais complexas e profundas envolvendo a introdução de novos elementos que vão substituir os existentes na sua ausência ou em resultado da necessidade de demolição (em substituição). Nesta última acção, poderá admitir-se a recomposição, sugerida por Giovannoni, através da reutilização de elementos.

Esta acção, variável em dimensão e natureza, pode causar impactos negativos sobre o edifício visado ou sobre o conjunto onde este se insere, pelo que a sua adopção deverá ser sempre bem ponderada.

Tal como recomendado nas doutrinas de Boito e Giovannoni, assim como pela *Carta de Veneza*, os novos elementos devem ser distinguíveis dos existentes, devendo, simultaneamente, integrar-se harmoniosamente no conjunto e usarem materiais compatíveis com os respectivos suportes.

4.4 Pós intervenção

Logo após o termo de uma intervenção inicia-se um novo ciclo de vida útil de qualquer edifício, marcado por um progressivo e complexo processo de degradação, causado por factores intrínsecos e extrínsecos à construção. Por conseguinte, o edifício deverá ser submetido a um processo de manutenção que consistirá na execução de pequenas operações de limpeza, reparação e substituição, de acordo com uma calendarização apropriada, até que

se imponha novamente a realização de uma intervenção mais profunda. Durante a fase de manutenção tornam-se relevantes as inspeções periódicas que permitindo detectar, a tempo, deficits e necessidades de reparação ou de substituição, concorrerão para prolongar, significativamente, o tempo de vida útil do edifício .

O papel de destaque que a metodologia confere à manutenção reforça a sua convicção na salvaguarda da autenticidade dos valores patrimoniais e a sua filiação na corrente conservacionista que, iniciada por Ruskin e Morris e, mais tarde, seguida por figuras como Boito e Brandi, alcançaria maior divulgação com os documentos internacionais de referência.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) à unidade de I&D a que estão associados – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Universidade do Porto (CEAU-UP).

Referências bibliográficas

- [1] INE - *Censos 2011 Resultados definitivos – Portugal*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2012.
- [2] OLIVEIRA, E. V. de e F. Galhano – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992.
- [3] TEIXEIRA, J. L. - *Descrição do sistema construtivo das Casas Burguesas do Porto entre os séculos XVII e XIX – Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, FAUP, Porto, 2004.
- [4] TEIXEIRA, J. e R. F. Póvoas – *Caracterização da Construção Tradicional do Norte de Portugal*. Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação de Edifícios Antigos, OERN, FEUP/LFC, Porto, 2012, pp. 33–60.
- [5] TEIXEIRA, J. L. – *Salvaguarda e Valorização do Edificado Habitacional da Cidade Histórica. Metodologia de Intervenção no Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto*, FAUP, Porto, 2013, Tese de Doutoramento.
- [6] CIATMH - *Carta de Atenas. Carta de Atenas para o restauro de monumentos históricos*, I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, Atenas, 1931
- [7] ICOMOS - *Princípios para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico*, 14.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Victoria Falls, 2003.
- [8] BLANCO, J. R. – *De Varia Restauratione. Teoría e Historia de la Restauración Arquitectónica*, Abada Editores S.L., Madrid, 2008.
- [9] CHOAY, F. - *A alegoria do património*, Edições 70, Lisboa, 2000.
- [10] ICOMOS - *Princípios para a Preservação de Estruturas Históricas de Madeira*, 12.ª Assembleia Geral do ICOMOS, México, 1999.
- [11] CIATMH – *Carta de Veneza. Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*, II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, Veneza, 1964.